



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125160 - RJ (2020/0068544-6)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**RECORRENTE** : WAGNER TEIXEIRA CARLOS (PRESO)  
**ADVOGADOS** : JOSÉ WILTON FRANCO FIGUEIRA - RJ128974  
PAULO RENATO FORTUNATO DA SILVA JUNIOR - RJ211232  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**CORRÉU** : ANGELO COSTA DA CONCEICAO  
**CORRÉU** : CLAUDIO KARINO SILVA DO NASCIMENTO  
**CORRÉU** : DANIEL COSTA DE SOUZA  
**CORRÉU** : DANIEL DA CONCEICAO  
**CORRÉU** : EDSON LIMA DAMASCENO  
**CORRÉU** : LEONARDO DOS SANTOS  
**CORRÉU** : PAULO HENRIQUE MENDES DOS SANTOS  
**CORRÉU** : ROMULO MESSIAS DE OLIVEIRA  
**CORRÉU** : WILLIAN FRANCISCO TERRA NUNES

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por WAGNER TEIXEIRA CARLOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no julgamento do HC n. 0070799-05.2019.8.19.0000.

Consta dos autos que a prisão preventiva do recorrente foi decretada em 31/10/2019 pela suposta prática do delito tipificado no art. 35 c/c 40, IV, da Lei n. 11.343/06 (associação para o tráfico de entorpecentes com intimidação coletiva). O pedido de revogação restou indeferido (fls. 82/85).

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos do acórdão que restou assim ementado:

*HABEAS CORPUS. ARTIGO 35 C/C ART. 40, W, DA LEI NO 11.343/06. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA AUTORIZADORES DOS REQUISITOS CUSTODIA CAUTELAR. ORDEM DENEGADA (fl. 78).*

No presente recurso, sustenta ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal – CPP, de modo que a imposição da custódia cautelar não estaria suficientemente justificada, estando pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito.

Ressalta as condições pessoais favoráveis e a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas, previstas no art. 319 do CPP.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura, para que o recorrente possa aguardar o julgamento em liberdade.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (fls. 193/195).

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, busca-se, no presente recurso, a revogação da custódia cautelar. Por oportuno, segue a transcrição do *decisum* do Juízo de primeiro grau que decretou a prisão preventiva:

2) No que tange ao requerimento formulado pelo órgão ministerial de decretação da prisão preventiva dos denunciados, entendo que o pleito merece prosperar. No caso em exame, verifica-se que há razões concretas e objetivas que autorizam a decretação da medida excepcional, vez que se encontram presentes os pressupostos e fundamentos prescritos nos artigos 312 e 313 do CPP. Convém consignar, inicialmente, que a Constituição da República de 1988 traz o direito de ir e vir como no rol dos direitos fundamentais, estabelecendo que a lei especificará as exceções a esse direito.

[...]

existência do crime. O *fumus comissi delicti* resultou configurado pelos indícios de materialidade e autoria consubstanciados nas peças acostadas aos autos. O *periculum libertatis*, que traduz a necessidade da custódia cautelar, **exsurge das periculosidades dos denunciados, que se depreendem tanto da gravidade concreta do fato, crime de associação para fins de tráfico de entorpecentes praticado mediante violência, grave ameaça e emprego de arma de fogo, bem como por intimidação coletiva dos moradores da localidade Jardim Però e adjacentes, quanto por suas anotações criminais e passagens pelas unidades penitenciárias deste Estado, conforme consultas realizadas pela autoridade policial ao portal de segurança do Estado do Rio de Janeiro. Registre-se que há fortes indícios de que os moradores se vejam coagidos diante da presença dos denunciados nas comunidades, vendendo drogas e trocando tiros em ações de retomada de territórios e homicídios dos indivíduos das facções rivais, o que afeta a tranquilidade pública de forma incontestável. Destarte, diante do risco de reiteração de crimes da mesma natureza, em razão das informações sobre a efetiva participação dos denunciados na organização e atividades do tráfico de drogas nas comunidades de Cabo Frio, mormente Jardim Però e comunidade do Lixo, 'terceiro comando integrando a facção criminosa tem-se por suficientemente caracterizadas as periculosidades dos agentes e, por conseguinte, o risco à ordem pública, insito às suas liberdades (fl. 81).**

O Tribunal de origem, por sua vez, ao julgar o *habeas corpus*, manteve a segregação antecipada do recorrente nos seguintes termos:

[...]

A referida decisão encontra-se lastreada em fundamentos concretos, aptos a, por si sós, justificar a custódia cautelar do paciente, nos moldes do artigo 312 do Código de Processo Penal, a citar o que consta na

*denúncia (Anexo item - 00003) de que "O denunciado WAGNER VULGO "WAGUINHO" exerce a função de chefe do tráfico de drogas na Favela do lixo.*

*Assim, ao contrario do que se alega, há elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia cautelar, sendo certo que a sua substituição por medidas cautelares mais brandas não se revela suficientes na presente hipótese.*

*Neste ponto, cumpre registrar que as condições pessoais favoráveis do paciente não obstam a manutenção da segregação cautelar se presentes seus requisitos autorizadores, como se vê na presente situação, consoante pacífico entendimento jurisprudencial.*

***Destaque-se que, segundo a FAC (item 000019), o paciente possui extensa ficha criminal, ostentando condenação transitada em julgado anterior por crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas, e respondendo por outras ações penais em curso, tratando-se, portanto, de paciente reincidente e com maus antecedentes (Parecer da Procuradoria de Justiça - item 00072).***

*Nesse contexto, não se olvidando que a prisão processual deve ser tida sempre como medida excepcional, nos termos do artigo 282 do Código de Processo Penal, deve ser mantida, ao menos por ora, a prisão cautelar do paciente, não se revelando suficiente no atual momento processual a aplicação de outras medidas cautelares alternativas (fl. 86).*

No ponto, o Superior Tribunal de Justiça – STJ firmou posicionamento segundo o qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Convém, ainda, ressaltar que, considerando os princípios da presunção da inocência e a excepcionalidade da prisão antecipada, a custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP.

No caso dos autos, verifica-se que a prisão cautelar foi adequadamente motivada pelas instâncias ordinárias, que demonstraram, com base em elementos concretos, sua necessidade para preservação da ordem pública, ante a gravidade do delito e a periculosidade do recorrente, evidenciadas pelo fato de que se trata de chefe do tráfico de drogas na favela do lixo, cuja associação criminosa armada aterroriza a comunidade com a venda de entorpecentes e trocas de tiros em ações de retomada de territórios, bem como em homicídios dos indivíduos das facções rivais, somadas ao fato de que ele é reincidente específico e responde a outras ações penais pelo mesmo delito.

Nesse contexto, forçoso concluir que a prisão processual está devidamente fundamentada na garantia da ordem pública, sobretudo para se evitar reiteração delitiva, e para a conveniência da instrução criminal, não havendo falar, portanto, em existência de evidente flagrante ilegalidade capaz de justificar a sua revogação.

A propósito, vejam-se os seguintes precedentes:

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.  
TRÁFICO DE DROGAS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.  
ALEGADA AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE.**

FRAGILIDADE DAS PROVAS DA AUTORIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA POR CAUTELARES MAIS BRANDAS. TESES NÃO EXAMINADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NOS TERMOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CIRCUNSTÂNCIAS DO EVENTO DELITUOSO. CONTEXTO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. GRANDE QUANTIDADE DE DROGA. PAPEL DE DESTAQUE. GRAVIDADE DIFERENCIADA. SEGREGAÇÃO FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não há como se examinar as teses de ausência de materialidade e de indícios de autoria, de condições pessoais favoráveis e de cabimento das medidas cautelares mais brandas, uma vez que não foram objeto de análise pelo Tribunal a quo no acórdão impugnado, o que impede a sua apreciação diretamente pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

2. Inexiste constrangimento ilegal quando a segregação encontra suporte no disposto no art. 312 do Código de Processo Penal, diante da necessidade de acautelamento da ordem pública, haja vista as circunstâncias em que ocorridos os fatos criminosos. 3. No caso, após investigações levadas a efeito pela autoridade policial, inclusive com interceptações telefônicas legalmente autorizadas, **verificou-se que o ora recorrente integra associação criminosa complexa, permanente e estruturada com hierarquia e divisão de tarefas voltada para o tráfico ilícito de grande quantidade de drogas na região, sendo o braço direito do líder e a pessoa responsável pela gerência e comercialização dos entorpecentes, bem como pela articulação da logística de transporte, recebimento e distribuição das drogas.**

4. Tais particularidades bem evidenciam a maior periculosidade do agente, mostrando que a ordem de prisão em seu desfavor é mesmo devida para o fim de acautelar o meio social, **evitando-se inclusive, com a medida, a reprodução de fatos criminosos de igual natureza e gravidade.** 5. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica no sentido de que "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva" (HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 20/2/2009).

6. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido (RHC 117.780/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 5/11/2019).

RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO

PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. São idôneas as razões invocadas pelo Juízo de primeiro grau para decretar a custódia provisória dos agentes, porquanto evidenciou o fundado **risco de reiteração delitiva**, ante os indícios de associação habitual para a prática do tráfico de drogas, com a divisão de tarefas entre seus membros - **os recorrentes seriam o líder e o gerente da organização - e a movimentação de vultosas quantidades de entorpecentes - tanto que, durante as investigações, foram apreendidos 4 kg de cocaína**. 3. É direito do réu preso, acusado em processo penal, ser julgado em prazo razoável, sem dilações indevidas, em conformidade com a Constituição da República (art. 5º, LXVIII) e com o Decreto n. 678/1992 (Convenção Americana sobre Direitos Humanos, art. 7º, item 5).

4. Fica afastada, ao menos por ora, a alegação de excesso de prazo para o encerramento do feito, visto que a sentença foi proferida em 8/5/2018, os embargos declaratórios opostos contra esse decisum, julgados no dia 30/5/2018 e, em 18/9/2018, os autos foram remetidos à segunda instância para julgamento dos recursos de apelação.

5. Recurso não provido (RHC 106.435/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019).

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA. GRUPO CRIMINOSO ESPECIALIZADO NA COMERCIALIZAÇÃO ILÍCITA DE DROGAS. INDÍCIOS DE LIGAÇÃO COM A FACÇÃO CRIMINOSA "COMANDO VERMELHO". EXPRESSIVA QUANTIDADE DE ENTORPECENTES APREENDIDOS. NECESSIDADE DE INTERROMPER ATIVIDADES. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada

em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

2. No caso, a prisão foi motivada pela gravidade concreta da conduta, na qual o recorrente, acusado de integrar ampla associação criminosa, especializada na prática de tráfico ilícito de entorpecentes e, inclusive, com indícios de vinculação com a facção "Comando Vermelho", foi flagrado em posse de 4kg de maconha e 149g de cocaína, episódio objeto de denúncia específica. 3. Ressaltaram, ainda, as instâncias ordinárias o volume das apreensões efetuadas, no bojo da investigação do grupo, de mais de 12kg de cocaína, 338kg de maconha, 5kg de crack e mais de R\$ 50.000, 00 em espécie, tendo sido denunciados 21 supostos envolvidos, o que dá idéia do vulto da organização. **Destaque-se ainda que, com a prisão do líder do bando e de outros corréus, foram delegadas ao recorrente funções específicas, denotando que ocupa lugar de destaque na estrutura do grupo.** 4. A prisão encontra-se suficientemente fundamentada na gravidade concreta da conduta, tendo em vista que o Supremo Tribunal assentou que "a gravidade concreta do crime, o modus operandi da ação delitosa e a periculosidade do agente, evidenciados pela expressiva quantidade e pluralidade de entorpecentes apreendidos, respaldam a prisão preventiva para a garantia da ordem pública" (HC n. 130708, Relatora Ministra CARMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 15/03/2016, Publicado em 6/4/2016, grifei).

5. Do mesmo modo, a jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que se justifica a decretação de prisão de membros de organização criminosa como forma de **interromper suas atividades.**

6. Quanto à alegada ausência de contemporaneidade entre os fatos e o decreto preventivo, trata-se de matéria não submetida ao julgamento do Tribunal a quo, de modo que não pode ser apreciada diretamente por esta Corte, sob pena de incorrer-se em indevida supressão de instância.

7. Ainda que assim não fosse, necessário ponderar que a prisão decorre de longa e complexa investigação, que justifica certo lapso para seu desenvolvimento. Além disso, o paciente encontra-se foragido, não havendo notícia de sua captura nos autos, o que demonstra a atualidade do cabimento da prisão.

8. Recurso desprovido (RHC 109.477/CE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 23/5/2019).

Ressalto que a presença de condições pessoais favoráveis, como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, não impede a decretação da prisão preventiva. Confira-se:

*PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. QUANTIDADE E DIVERSIDADE DOS ENTORPECENTES APREENHIDOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. A prisão cautelar é medida excepcional, uma vez que, por meio dela, se priva o réu de sua liberdade antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. A segregação provisória do paciente restou fundamentada ao menos para garantir a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal.*

*2. Foram apreendidos com o recorrente 200g de maconha, 82g de crack e 700g de solvente organoclorado, quantidade e diversidade que, aliadas às circunstâncias em que se deu o flagrante, justificam o encarceramento cautelar para garantia da ordem pública.*

*3. Circunstâncias pessoais favoráveis, por si sós, não impedem a decretação da prisão cautelar. (Precedentes.)*

*4. Recurso ordinário em habeas corpus não provido (RHC 67.524/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 30/3/2016).*

Ademais, o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de ser inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para manutenção da ordem pública.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. TRÁFICO DE DROGAS. FUNDAMENTAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS (APREENSÃO DE DROGAS, MATERIAL PARA EMBALAGEM E BALANÇA DE PRECISÃO). PERICULOSIDADE SOCIAL (ENVOLVIMENTO DE DOIS ADOLESCENTES). NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

*1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.*

*2. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, ainda que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP),*

demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

3. No caso, a medida constritiva da liberdade foi mantida pelo Tribunal impetrado em razão da periculosidade do paciente, evidenciada pelas circunstâncias concretas colhidas do flagrante, realizado em um imóvel utilizado para o tráfico de drogas, notadamente pela apreensão de droga (crack, cocaína e maconha), dinheiro, 190 eppendorfs vazios, balança de precisão, documento de três veículos, além do envolvimento de dois adolescentes. Prisão preventiva mantida para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. Precedentes.

4. Habeas corpus não conhecido (HC 412.787/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 24/10/2017).

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGAS. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva somente se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, para a garantia da ordem pública, notadamente a quantidade, diversidade e nocividade dos entorpecentes apreendidos em seu poder (305g de maconha, 7g de cocaína e 9,6g de crack), além de uma balança de precisão, a indicar um maior desvalor da conduta em tese perpetrada e tornando necessária a imposição da medida extrema (precedentes).

III - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Recurso ordinário não provido (RHC 86.411/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/9/2017, DJe 11/10/2017).

Nesse contexto, não verifico a presença de constrangimento ilegal capaz de justificar a revogação da custódia cautelar do recorrente.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik

Relator